



1 **ATA DA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **DE ARQUITETURA E URBANISMO DE RORAIMA – CAU/RR, REALIZADA EM SEIS DE**
3 **FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZOITO.**

4
5 Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e dezoito, às nove horas e dezoito minutos, na sede do
6 Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Roraima – CAU/RR, situado na Avenida Major Willians,
7 número novecentos e treze, no bairro centro, na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, reuniram-se os
8 Conselheiros Estaduais, para a realização da 73ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho de Arquitetura e
9 Urbanismo de Roraima. Preside a Sessão, o Presidente Arquiteto e Urbanista Jorge Romano Netto
10 estando presentes os seguintes Conselheiros Titulares Arquitetos e Urbanistas: Luiz Afonso Maciel de
11 Melo, Max Weber Carvalho, Sharonn Lorryne Mendes Torreyas e Rodrigo Edson Castro Avila; assim
12 como a presença dos Conselheiros Suplentes Ygor Martins Silva e Rondinelle Hudson Pereira
13 Albuquerque. **Item 1 (um) - VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM** – após a verificação do quórum, o
14 presidente informa que há quórum. **Item 2 (dois) - EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO**
15 - Iniciando a Sessão Plenária com Execução do Hino Nacional. **Item 3 (três) – APROVAÇÃO DE**
16 **ATA.** Ata anterior foi aprovada com as devidas correções por unanimidade. **Item 4 (quatro) –**
17 **APRESENTAÇÃO DE EXTRATO DOS DESTAQUES DE CORRESPONDÊNCIA. 4.1.**
18 **COMUNICADOS GERAIS DOS CONSELHEIROS** – O Conselheiro Luiz Afonso falou sobre o
19 regimento interno e a gerente geral Ingrid explicou que a gestão passada tinha enviado o regimento
20 interno para o CAU/BR sem via protocolo SICCAU e que o conselheiro federal Nikson Dias entrou em
21 contato e informou que nosso conselho não estaria em votação, em seguida a gerente enviou via
22 protocolo SICCAU para ser votado na próxima reunião plenária da Comissão de Organização do
23 CAU/BR e até a resposta do CAU/BR estaremos usando o regimento interno antigo. **SPU:** O presidente
24 falou da visita que foi feita com participação dos conselheiros Max, Sharonn, Rodrigo e Rondinelle, foi
25 informado que o processo estava no cartório e foi marcada uma reunião no dia seguinte no cartório. No
26 cartório foram o presidente deste conselho, a conselheira Sharonn e três representantes do SPU. Foi
27 informado pela funcionária do cartório que já estava para ser registrado e que seria entregue no dia 29 de
28 março, mas como a comitiva estava solicitando com urgência eles prometeram que irão antecipar a
29 entrega para o dia 19 para a SPU e em seguida entregar para o Conselho. Após esse tramite irão começar
30 a legalizar a sede do conselho. O presidente relatou que para fazer o alvará de funcionamento não será
31 necessário o alvará da obra, pois a obra já existia, é só fazer a transferência. O conselheiro Rodrigo
32 orientou que essa tramitação deverá ser feita via cartório constando a área e deverá falar que já existia
33 uma obra em 2014, pois se for pela prefeitura irá gerar impostos. A gerente geral Ingrid informou que
34 entrou em contato com a prefeitura que informou que para fazer o alvará de funcionamento só será
35 necessário o termo de concessão que deverá está escrito e que funcionava a Secretaria da Pesca. O
36 conselheiro Luiz Afonso solicitou que devemos ter o cuidado com os custos por conta da auditoria.
37 **AUDITORIA:** O presidente informou que na segunda-feira dia dezanove de março estaremos recebendo
38 a visita dos auditores fiscais e solicitou que o assessor jurídico Diogo informasse as demandas dos
39 processos deste Conselho. O conselheiro Diogo relatou que na Justiça do Trabalho havia um processo
40 que foi arquivado no dia 11/05/2017, onde a desembargadora relatou que não tinha fundamentos o que a
41 funcionária na época denunciou. Na Justiça Federal tinha um processo licitatório que foi arquivado dia
42 06/10/2017. Hoje há dois processos em andamento no Ministério Público Federal, um envolvendo uma
43 denúncia em um processo licitatório que foi denunciado por uma funcionária, este ainda está em
44 apuração onde estão colhendo cópias de documentos e se encontra no gabinete do procurador Alexandre
45 Ismael Miguel e o outro é um procedimento preparatório que está em curso referente ao processo
46 eleitoral e que foi solicitado informações onde este conselho já repassou e está para análise no gabinete
47 do procurador geral. O presidente indagou ao assessor jurídico se o denunciante retirasse a denúncia o
48 que poderia acontecer e o assessor jurídico respondeu que fica a critério do procurador atender ou não e
49 que pode ser arquivado pois, ainda não virou inquérito. O conselheiro Luiz Afonso perguntou se na
50 comissão de ética tem algum processo de ética no momento. A gerente geral falou que o único processo
51 já está finalizado e que estava esperando a resposta dos envolvidos se irão recorrer ou não CAU/BR. O
52 presidente perguntou se algum conselheiro tem mais alguma pergunta ao assessor jurídico. O



53 conselheiro Rodrigo pediu a palavra e parabenizou a atuação do assessor jurídico nas reuniões do
54 conselho e comissões e propôs que sempre que possível a participação do assessor nas reuniões em
55 Brasília para a melhoria desse conselho. O conselheiro Luiz Afonso solicitou que quando fosse
56 solicitada a presença dos assessores nas reuniões plenárias e comissões, que seja oficializado via
57 documento, pois somos uma autarquia federal. O presidente informou que quando houvesse as plenárias
58 os assessores de comunicação e jurídico serão informados com o objetivo de divulgar as ações desse
59 conselho pelas mídias e deu exemplo da campanha do dia internacional da mulher e justificou a ausência
60 do assessor de comunicação que está viajando. O conselheiro Luiz Afonso pediu a palavra e falou sobre
61 a inadimplência. A gerente propôs que poderia ser feito essa cobrança no final do mês de maio pois é o
62 termino do prazo para pagamento. O Conselheiro Luiz Afonso informou que se até a próxima plenária
63 este conselho não comunicar os profissionais inadimplentes de 2017 irá formalizar uma denúncia deste
64 conselho ao CAU/BR. O presidente informou que ainda não foi feito esse comunicado porque estão
65 esperando uma resposta da assessoria jurídica do CAU/BR de como proceder dentro da lei para que não
66 gere prejuízos para esse conselho. A gerente geral Ingrid informou como funciona o procedimento de
67 pagamento do SICCAU. O assessor jurídico informou que como é uma Autarquia Federal deve criar um
68 protocolo correto para não inibir o profissional. O Presidente propôs ao assessor jurídico orientasse a
69 comissão de finanças como proceder para que não gere danos para esse conselho. O Conselheiro Luiz
70 Afonso informou sua saída da plenária pois teria um compromisso. **Item 4.2 (quatro ponto dois)**
71 **REAJUSTE SALARIAL DO CORPO DE FUNCIONÁRIO DO CONSELHO.** O Presidente passou
72 a palavra para o administrador financeiro Thiago o qual falou que o reajuste conforme o Índice Nacional
73 de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA 2018. O conselheiro Max indagou se teria prejuízo para o
74 conselho e o Thiago informou que não. O Conselheiro suplente Ygor indagou sobre o plano de cargos e
75 carreiras. Thiago informou que teria que ter um estudo para estruturar esse plano de cargos e carreiras. O
76 Assessor jurídico propôs que fizesse um estudo com outros Conselhos de arquitetura e o CAU/BR para
77 averiguar como procederam para começarmos elaborar esse plano. O presidente propôs pra comissão de
78 finanças fazer esse estudo e que entrará em contato com outros presidentes para saber como procederam.
79 O presidente informou que a esse reajuste já foi aprovado pela comissão e colocou em votação e que foi
80 aprovado por unanimidade. **Item 4.3 (quatro ponto três) REAJUSTE DE CONTRATO DE**
81 **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E JURÍDICA - O**
82 presidente passou a palavra pra passou a palavra para o administrador financeiro Thiago que relatou que
83 todos os contratos possuem a previsão de ajustes no valor contratado de até 25% anual, conforme está
84 previsto no art. 65 da Lei de Licitações. Conselheiro Max perguntou se haveria algum prejuízo para o
85 conselho e o administrador disse que não. O assessor jurídico explicou como foi feito o processo de
86 licitação. O Presidente colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. **5 (cinco) – Extra pauta –**
87 O conselheiro suplente Rondinelle indagou sobre as novas campanhas e comentou a campanha do dia
88 internacional da mulher. A conselheira Sharonn explicou como foi feita a campanha do dia internacional
89 da mulher e o conselheiro suplente Rondinelle propôs que cada mês fizesse uma campanha até o final do
90 ano. O presidente propôs que fizesse uma campanha com os projetos dos arquitetos e explicou como
91 procedesse a campanha. O assessor jurídico advertiu os conselheiros que devem ter cautela com a
92 divulgação, pois devem ser solicitadas as autorizações e imagens por escrita para não criar danos
93 jurídicos para o conselho. O Presidente informou que existe uma diferença entre assessoria de
94 comunicação e agência de propaganda e nosso conselho não tem essa agencia. A assessoria de
95 comunicação tem como objetivo informar a sociedade as atividades do Conselho e as decisões tomadas
96 em reuniões. A agencia de propaganda tem a função de fazer as campanhas publicitárias. Hoje a
97 campanhas que estamos fazendo são aditivos atribuídos na assessoria de comunicação. O Presidente
98 propôs fazer um termo aditivo oficial na mesma empresa da assessoria de comunicação ou abrir uma
99 licitação para contatar e a empresa da assessoria poderia concorrer. O assessor jurídico informou que
100 contrato atual não pode fazer esse tipo de aditivo, só pode fazer o aditivo para valor ou prazo, teria que
101 fazer um novo contrato. O conselheiro Ygor perguntou se há orçamento pra contratar essa agencia de
102 propaganda. O gerente financeiro informou que a demanda pra contratar uma agencia de publicidade é
103 um recurso que não está dentro do orçamento previsto no conselho para 2018 e se for retirar de outro
104 fundo vai ter que reprogramar o orçamento e explicou detalhado os custos da assessoria em que foi



105 orçado. O gerente financeiro informou que pode ser feito um pregão ou fazer um ajuste no orçamento
106 para usarmos em publicidade. O assessor jurídico propôs chamar o assessor de comunicação para ele
107 explicar suas atribuições para que o conselho assim reajustasse o orçamento para as campanhas
108 publicitárias. O presidente lembrou que a empresa Anapam enviou um orçamento na área de publicidade
109 e que podemos verificar outras duas empresas para ter uma noção de propostas. O Presidente Propôs um
110 fórum de debate todo mês ou toda semana e escolher um tema para discursão em conjunto com a
111 assessoria de comunicação para divulgar este conselho. O Conselheiro Ygor indagou que os temas dever
112 ser assuntos que estão na mídia. O presidente informou que saiu uma matéria no jornal folha de Boa
113 Vista que houve uma reunião no município de Rorainópolis para discutir o Plano diretor e eu ninguém
114 foi comunicado dessa e propôs montar uma comitiva pra visitar a prefeitura de Rorainópolis para
115 verificar se a empresa tem registro no CAU/RR. O presidente relatou sobre a questão dos imigrantes que
116 estão na zona de risco que estão brasileiros e venezuelanos e contou uma experiência que vivenciou no
117 interior do nordeste que está na mídia onde uma empresa criou oficinas de costuras para a comunidade
118 de baixa renda para produzir roupas e propôs uma parceria do CAU/RR com o peso político o IAB para
119 entrar em contato o representante das lojas Riachuelo Fabio Rocha, para visitar nossa capital e verificar
120 a possibilidade de fazer um programa de treinamento nas áreas de corte e costura e marcenaria para
121 essas pessoas de risco no intuito de gerar emprego e renda para não dependerem de programas sócias e
122 criar cultura com oficinas de artes esportes. O conselheiro suplente Ygor informou que a prefeitura já
123 tem programas sociais específicos e relatou os pontos negativos que poderiam ocorrer que são, a
124 questão energética e a vazão dos produtos em relação as rodovias. O conselheiro Max lembrou a questão
125 de impostos fiscais que serão gerados e como será essa mudança de um estado de funcionalismo para um
126 estado d industrialização O Presidente informou que no caso da questão energética poderia ser criados
127 nas oficinas placas de que gerassem energia solar e que as próprias empresas comprariam esses produtos
128 e que seriam vendidos nas lojas de departamento que já residem em Boa Vista e em Manaus e propôs
129 nos mobilizarmos para a melhoria da nossa cidade que cresceu nos últimos três anos com números
130 exorbitantes de habitantes sem perspectiva de vida. O presidente leu uma matéria sobre o CAU/Piauí que
131 fez uma audiência com o Ministério Público que apresentou uma denúncia a Prefeitura de Floriano em
132 exercício ilegal da profissão e comentou do profissional que não tem RRT e está exercendo a profissão
133 sem autorização. O conselheiro Max relatou que já aconteceu um caso desse aqui e que o conselho não
134 soube tomar um posicionamento. Relatou ainda que o cidadão faz o loteamento da terra tira seu lucro e
135 deixa o problema estrutural pra prefeitura resolver. O presidente propôs discutir esses assuntos nas
136 próximas reuniões. **ENCERRAMENTO:** Após todos os informes anteriores, o Presidente encerrou a
137 Sessão Plenária às onze horas e quarenta e dois minutos, nada mais havendo a ser discutido.

138

Boa Vista (RR), 16 de março de 2018.

139

140

141

142

Arq. Urb. Jorge Romano Netto

143

Presidente do CAU-RR

144

Arq. Urb. Luiz Afonso Maciel De Melo

Arq. Urb. Sharonn Lorrayne Mendes Torreias

145

Conselheiro Titular

Conselheira Titular

146

147

148

149

150

Max Weber Carvalho

Arq. Urb. Luiz Afonso Maciel De Melo

151

Conselheiro Titular

Conselheiro na Titula